

ECONOMIA



Os últimos dados relativos ao nível de atividade revelam ainda um quadro de estagnação da economia brasileira, com os indicadores setoriais oscilando entre si, sem que se possa enxergar uma trajetória definida. Enquanto a indústria deu mostras de leve aquecimento, o comércio ficou estável e os serviços voltaram a cair, após algumas variações positivas nos meses anteriores. Apesar da gravidade da situação, contudo, o governo golpista age no sentido contrário, executa uma política monetária excessivamente cautelosa, insiste com a contraproducente austeridade fiscal e, para apagar o incêndio, anuncia a intenção de uma gigantesca pedalada fiscal por meio de um resgate de 180 bilhões de reais junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nível de Atividade

Depois de registrar um crescimento do PIB de apenas 0,4% no primeiro trimestre de 2018, ao que tudo indica a economia brasileira deverá permanecer em ritmo fraco no segundo trimestre, razão pela qual as estimativas do mercado para o PIB de 2018 já oscilam em torno de 1,55% (pesquisa Focus), quase metade do que era dado como certo há apenas dois meses.

É verdade que no mês de abril os indicadores setoriais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vieram todos no campo positivo, sinalizando que talvez a economia começasse a reagir a partir do segundo trimestre. O comércio varejista, com um crescimento de 1% sobre o mês anterior, foi o setor com maior destaque, acumulando uma alta de 3,4% no quadrimestre. No conceito de comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos automotores, partes e peças e

também materiais de construção, o crescimento foi ainda mais substantivo, variando 1,3% no mês e 7,4% no acumulado do ano.

Já nos outros dois setores de atividade, a passagem de março para abril também foi de números positivos. A produção industrial registrou uma alta de 0,8%, puxada pela produção de máquinas e equipamentos, enquanto o volume de serviços cresceu 1%, o primeiro resultado positivo para o setor neste ano.

Contudo, apesar da melhora observada nos indicadores setoriais do mês de abril, infelizmente a crise nos transportes provocada pela equivocada política de preços dos combustíveis adotada pelo governo Temer resultou em perdas econômicas para diversos segmentos produtivos, o que deverá abortar o ensaio de recuperação que era vislumbrado na passagem do primeiro para o segundo trimestre do presente.

Sob o comando do tucano Pedro Parente, desde o

golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, a Petrobras passou a manejar os preços dos combustíveis focada apenas nos retornos de curto prazo para seus acionistas minoritários e, consequentemente, onerou o resto da economia brasileira.

De fato, conforme se pode observar na evolução dos distintos indicadores apresentados na tabela 1, embora entre os meses de março e abril se pudesse perceber em muitos deles alguma melhora em relação aos dois primeiros meses do ano, aqueles que já dispõem de medição para o mês de maio sina-

lizam uma contração significativa, muito provavelmente relacionada aos dez dias de paralisação dos caminhoneiros. A expedição de papelão ondulado, por exemplo, que é usualmente considerada como uma medida que antecede o volume da produção, caiu de um índice de 100,17 em abril para 77,57 em maio, assim como caíram as consultas ao SPC (de 96,48 para 95,63) e ao Serasa (de 103,83 para 101,39). Além disso, como era de se esperar, o tráfego de veículos pesados nas estradas pedagiadas também sofreu um forte baque, caindo 28% de abril para maio.

INDICADORES DA CONJUNTURA ECONÔMICA

(Base: dezembro de 2017 = 100)

	Produção industrial			Expedição papelão ondulado	Produção de aço bruto	Tráfego de veículos pesados em estradas pedagiadas	Produção de insumos da construção civil	Consultas ao SPC (SP)	Consultas ao Serasa	Vendas reais (Abras)
	Total	Ind. Transform.	Extrativa Mineral							
Dez	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Jan	97,91	97,66	103,77	100,48	96,88	99,40	97,89	98,46	100,56	101,91
Fev	98,02	97,44	98,98	100,01	97,86	97,99	97,63	99,85	102,52	101,32
Mar	97,91	97,77	102,14	101,24	100,88	99,46	97,41	98,21	104,01	103,29
Abr	98,68	98,55	102,14	100,17	98,14	99,30	96,76	96,48	103,83	103,37
Mai	-	-	-	77,57	-	71,82	-	95,63	101,39	-

Fonte: ABCR, ABPO, ABRAS, ACSP, ANP, CNI, FGV, IAB, IBGE, SERASA

Inflação e política monetária

Depois de registrar um crescimento do PIB de apenas 0,4% no primeiro trimestre de 2018, ao que tudo indica a economia brasileira deverá permanecer em ritmo fraco no segundo trimestre, razão pela qual as estimativas do mercado para o PIB de 2018 já oscilam em torno de 1,55% (pesquisa Focus), quase metade do que era dado como certo há apenas dois meses.

É verdade que no mês de abril os indicadores setoriais pesquisados pelo IBGE vieram todos no campo positivo, sinalizando que talvez a economia começasse a reagir a partir do segundo trimestre. O comércio varejista, com um crescimento de 1% sobre o mês anterior, foi o setor com maior destaque, acumulando uma alta de 3,4% no quadrimestre. No conceito de comércio varejista ampliado, que inclui a venda de veículos automotores, partes e peças e também materiais de construção, o crescimento foi ainda mais substantivo, variando 1,3%

no mês e 7,4% no acumulado do ano.

Já nos outros dois setores de atividade, a passagem de março para abril também foi de números positivos. A produção industrial registrou uma alta de 0,8%, puxada pela produção de máquinas e equipamentos, enquanto o volume de serviços cresceu 1%, o primeiro resultado positivo para o setor neste ano.

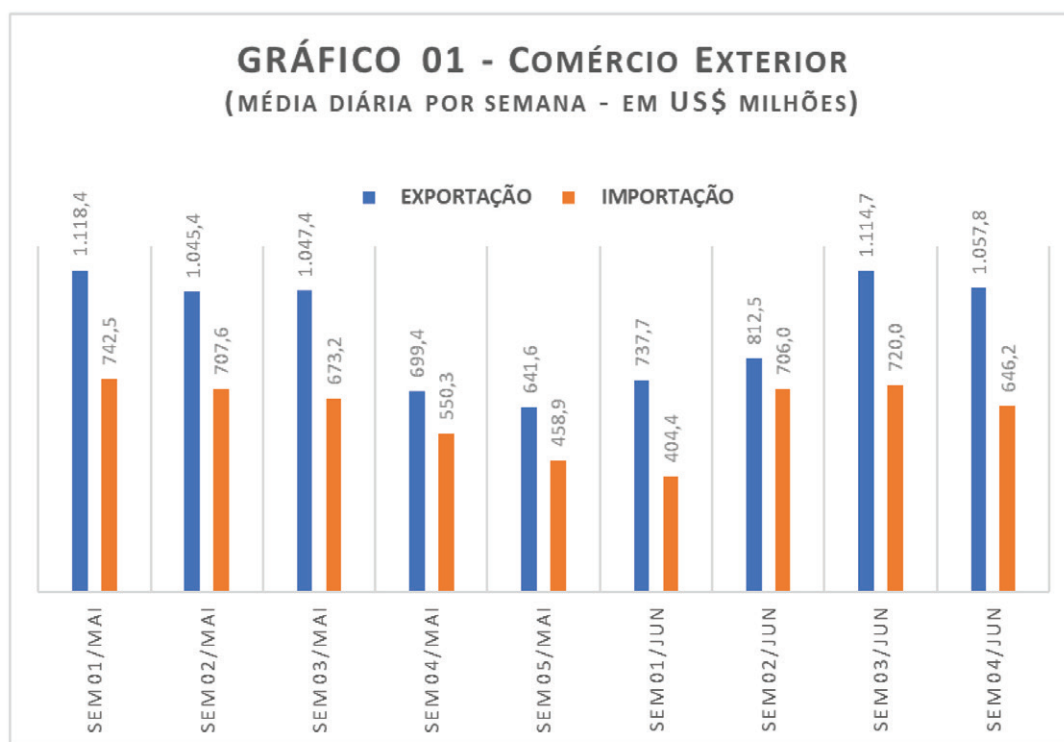
Comércio Exterior

Também por conta da crise dos combustíveis e da consequente paralisação de onze dias dos transportes de carga que afetou o país a partir de meados de maio, as exportações brasileiras registraram uma queda de 2,8% no mês de maio quando comparado ao mesmo mês do ano anterior – a primeira queda neste comparativo desde dezembro de 2016. Como, pelo lado das importações, o valor total registrado em maio de 2018 ficou em patamar muito mais elevado do que o verificado um ano antes

(+9,3%), o saldo comercial do último mês de maio caiu 22% em relação àquele registrado em 2017.

Observando-se mais especificamente o comportamento do nosso comércio exterior nas últimas semanas (veja gráfico 1), percebe-se que as médias diárias de mercadorias transacionadas caíram sensivelmente por praticamente quatro semanas, entre as duas últimas de maio e as duas primeiras

de junho. As exportações, que vinham registrando um valor médio diário de 1,07 bilhão de dólares até a terceira semana de maio, encolheram para uma média de 723 milhões de dólares por dia nas quatro semanas seguintes. Já as importações, que vinham girando à uma média diária em torno de 708 milhões de dólares, reduziram-se em menor intensidade para uma média de 530 milhões de dólares diários.



Fonte: SECEX/MDIC

Ou seja, ao longo das quatro semanas que registraram fluxo comercial reduzido, o saldo comercial diário registrou uma perda média de 170 milhões de dólares, o que deverá impactar o resultado anual da balança comercial brasileira em cerca de 3,4 bilhões de dólares.

Contas Públicas

Diferentemente do que ocorreu em outras dimensões da economia brasileira, as contas públicas foram beneficiadas pela volatilidade de alguns preços-chave que atingiu o país nas últimas semanas.

Por um lado, a forte desvalorização do real que vem

sendo observada desde meados de março traz algum alívio ao resultado fiscal do governo central na medida em que o Tesouro Nacional deverá receber do Banco Central algumas dezenas de bilhões de reais relativos ao crescimento do valor contábil das nossas reservas internacionais. Mesmo que haja alguma perda com o pagamento de juros associados ao aumento das vendas de swaps cambiais, os repasses do BC para o Tesouro a título de valorização das reservas são significativamente maiores, mais do que compensando eventuais prejuízos com as iniciativas de intervenção no câmbio – note-se que, enquanto o custo financeiro com as operações de swap cambial chegou a 6,9 bilhões de reais no acu-

mulado no ano até o mês de maio, o “lucro” contábil com a desvalorização do real e que deverá ser repassado do BC para o Tesouro Nacional acumula um saldo de 106 bilhões de reais no mesmo período.

Por outro lado, o repique inflacionário que foi apurado na passagem do mês de maio para junho, em grande medida decorrente da paralisação dos transportes, também deverá dar algum alívio às contas do governo. Como a inflação anual calculada pelo IPCA está agora estimada em 4%, haverá alguma folga orçamentária em relação ao que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, à qual considerava uma inflação anual de 3%. Ou seja, por conta da elevação dos preços em

cerca de um ponto percentual acima do que estava previsto originalmente, as receitas públicas deverão apresentar algum aumento extraordinário ao longo do ano, o que poderá alcançar cerca de sete bilhões de reais adicionais.

Por conta desses imprevistos, portanto, fica cada vez mais afastada a possibilidade de o governo deixar de cumprir a regra de ouro (que impede o endividamento público para financiar gastos correntes) em 2018, até mesmo porque, pelo lado das despesas, seja por incompetência, seja por ideologia, o governo federal tem conseguido executar menos do que estava previsto na LDO